



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**GILMARA SALES ROMERO**

**O IMPACTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOBRE OS  
DISCENTES NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPINA GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE  
OUTUBRO/2014**

**GILMARA SALES ROMERO**

**O IMPACTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOBRE OS  
DISCENTES NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Serviço Social da Universidade  
Estadual da Paraíba como requisito para  
obtenção do grau de bacharela em Serviço  
Social

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>Ms. Alcilene da Costa Andrade

**CAMPINA GRANDE  
OUTUBRO/2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R763i Romero, Gilmara Sales

O impacto da política de assistência estudantil sobre os discentes no Instituto Federal da Paraíba - Campina Grande/PB. [manuscrito] / Gilmara Sales Romero. - 2014.

31 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Alcilene da Costa Andrade, Departamento de Serviço Social".

1. Política de assistência estudantil. 2. Instituto Federal da Paraíba. 3. Neoliberalismo na educação. 4. Reforma universitária. I. Título. 21. ed. CDD 378.81

**GILMARA SALES ROMERO**

**O IMPACTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
SOBRE OS DISCENTES NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA  
CAMPINA GRANDE/PB**

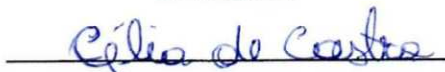
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento do Curso  
de Serviço Social da Universidade  
Estadual da Paraíba, para obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social,  
orientado pela prof<sup>ma</sup>.Alcilene da  
Costa Andrade

Aprovada em 14/10/2014



Prof<sup>ma</sup>.Alcilene da Costa Andrade / UEPB

Orientadora



Prof.Ma. Célia de Castro/UEPB

Examinadora



Patrícia Gomes Galdino/Supervisora de Campo/IFPB

Examinadora

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2014**

## **LISTA DE SIGLAS**

IFPB — Instituto Federal da Paraíba

LDBN — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

FMI — Fundo Monetário Internacional

UNE — União Nacional dos Estudantes

FHC — Fernando Henrique Cardoso

UAB— Universidade Aberta do Brasil

MEC — Ministério da Educação e Cultura

GTI — Grupo de Trabalho Interministerial

FONAPRACE — Fórum Nacional de Pro- reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

ANDIFES — Associação Nacional dos Direitos das Instituições Federais de Ensino Superior

PNAES — Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE — Plano Nacional de Educação

IFES — Instituições Federais de Ensino Superior

CF — Constituição Federal

PNDE — Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

SISU — Sistema de Seleção Unificada

REUNI — Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2. OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO</b> .....	9
2.1 A Reforma universitária no Brasil.....	12
2.2 A Reforma Universitária no Governo Lula .....	15
<b>3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> .....	18
3.1 A Política de Assistência Estudantil no IFPB .....	21
<b>4. COM A PALAVRA: OS (AS) ESTUDANTES</b> .....	24
4.1O Itinerário Metodológico da Pesquisa .....	24
4.2 Situando o Local da Pesquisa .....	25
4.3 Sistematização e Análise dos Dados .....	26
4.3.1 Conhecendo os Nossos Sujeitos .....	26
<b>5. ASPECTOS CONCLUSIVOS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>ANEXO</b> .....	34

**ROMERO, Gilmara Sales. O impacto da política de assistência estudantil sobre os discentes no Instituto Federal da Paraíba- Campina Grande-PB Curso de Serviço Social. Campus I. UEPB, Campina Grande, 2014.**

## **Resumo**

A Política de Assistência Estudantil surge como um reconhecimento dos direitos sociais proporcionando aos estudantes condições objetivas para o acesso e a permanência nas instituições de ensino até a conclusão de seus estudos sem que haja a sua interrupção. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB- Campus Campina Grande, lança semestralmente editais, através da sua Diretoria de Ensino, abrindo as inscrições para as vagas nos programas de Alimentação, Transporte, Moradia e Iniciação ao trabalho. Foi aplicada pesquisa do tipo qualitativa, se aproximando do estudo de caso com o número de 25 estudantes no intuito de identificar o impacto da política de assistência estudantil sobre os discentes da instituição. Ao realizarmos este trabalho foi possível evidenciar que a política de assistência ao estudante é um tema ainda pouco pesquisado, também pudemos perceber a importância que esta política representa para a grande maioria dos discentes das escolas públicas de ensino superior no Brasil de maneira a contribuir consideravelmente para a conclusão de seus estudos.

**Palavras – chave:** Política de Assistência Estudantil, Instituto Federal da Paraíba, vulnerabilidade, permanência.

## **ABSTRACT**

The Politics of Student Assistance comes as a recognition of social rights giving students objective conditions for access and permanence in educational institutions until the completion of their studies without the interruption. The Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba IFPB- Campus Campina Grande, launches semiannually edicts, through its Education Board, opening registration for vacancies in Food, Transportation, Housing and Tutorial working. Was programs applied qualitative study, approaching the case study with the number of 25 students in order to identify the impact of student assistance policy on students from institution. Accomplish this work it became clear that the policy of assistance to the student is a still little researched topic, we also realize the importance that this policy is for the vast majority of students in public schools of higher education in Brazil in order to contribute considerably to the completion of their studies.

Words - key: the Student Assistance Policy, Federal Institute of Paraíba, vulnerability, permanence.

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando ampliar o acesso dos estudantes ao Ensino Superior brasileiro, foi implantada a Política de Assistência Estudantil no ano de 2007, por meio da portaria normativa do Ministério da Educação e Cultura, MEC nº 39 em 12/12/2007, visando possibilitar ao discente a permanência e conclusão de seus estudos.

Através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é estendido o compromisso com a garantia da igualdade e justiça social no âmbito da Rede Federal de Tecnologia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em Campina Grande- PB assume a assistência estudantil como direito e espaço prático do desenvolvimento da cidadania, buscando ações transformadoras no aperfeiçoamento do trabalho social com seus integrantes, nesse sentido, objetiva oferecer bolsas de transporte, alimentação, moradia e iniciação ao trabalho, subsidiando seus discentes a permanecer na instituição sem maiores prejuízos devido a sua condição muitas vezes excludente diante de todo um sistema de seleção e desigualdade.

O IFPB tem por missão o compromisso com a formação integral do ser humano e com o desenvolvimento humano através de uma prática inclusiva. Neste contexto, destacamos o papel das políticas educacionais na formação cidadã numa perspectiva crítica.

Tendo o Estado como viabilizador destas políticas a serviço da coletividade como garantia plena da cidadania, a Constituição Federal de 1988 diz no seu Art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e à sua qualificação para o trabalho”.

Para isso é necessário oferecer ao aluno condições favoráveis durante o seu processo de aprendizagem no que tange às condições socioeconômicas, que lhe proporcionará o acesso a seus estudos em meio à vulnerabilidade social que dificulta a continuidade em seu processo de formação, através disso é colocada em prática a Política de Assistência Estudantil garantida por princípios constitucionais.

Em seus incisos I e IV do art. 206, a Carta Magna estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.



O reconhecimento desse direito social configura-se em conformidade com a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN em seus princípios relacionados ao acesso e permanência do discente nas instituições de ensino.

Após participarmos, na condição de estagiários, do processo seletivo e acompanhamento dos estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil no IFPB, cujo objetivo é minimizar os efeitos das desigualdades sociais, além de democratizar as condições de permanência dos mesmos e sua conclusão, nos interessamos em investigar essa temática com o propósito de perceber se de fato há a efetivação do objetivo proposto. Para isso realizamos pesquisa do tipo qualitativa e abordamos os Impactos do Neoliberalismo na Educação, a Reforma Universitária no Brasil e também no Governo Lula, além da Política de Assistência Estudantil em termos de Brasil e de IFPB.

## 2. OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

A ideologia faz parecer que determinada situação existe por si mesmo, naturalmente, e não pela ação humana que as naturalizam a fim de manter uma dominação em massa dos homens, daí advém o processo de alienação que o homem é submetido.

Parece que a contradição real é aquela entre as idéias e o mundo. Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens. Ora, na realidade sabemos que isso não ocorre, nossa tendência, então será a de dizer que há uma contradição entre a idéia de educação e a realidade. Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas excluindo delas os produtores. Porque estes se encontram excluídos do direito de usufruir dos bens que produzem, estão excluídos da educação que é um de seus bens. Em geral, o pedreiro que faz escola, o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não tem condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida. Essa é a contradição real da qual a contradição entre a idéia de “direito de todos à educação” e uma sociedade de maioria analfabeta é apenas o efeito ou a consequência”. (CHAUÍ. 1980, p.102).

A ideologia, neste contexto, é ilusória, pois faz com que os indivíduos passem a acreditar que são desiguais por natureza, por plena ironia do destino e a alienação do ser humano torna ainda muito mais possível a luta de classes e o conformismo que são os frutos do seu poder e de sua eficácia.

Essas referências de ideologia apresentadas até aqui se devem a intenção de se chegar até a ideologia liberal e, por conseguinte, a neoliberal que impera na realidade atual como algo gritante e de grande influência sobre as políticas sociais de maneira negativa à constituição de direitos sociais.

O liberalismo que se transmutou, nos anos 90 do século XX, no neoliberalismo, produzindo novas formas ideológicas de reprodução social do capital, foi expandido na década de setenta do século XX, com o intuito de criticar as práticas mercantilistas adotadas pelos governantes, que já não atendiam as necessidades da burguesia industrial e financeira. A idéia liberal, de um modo geral, surgiu dos entraves colocados pela presença do Estado na economia que impediam a expansão dos negócios. A partir disso os capitalistas da época pediam liberdade de comércio, do uso do capital e disputa de mercado.

Derivado do liberalismo clássico, o neoliberalismo consistia em fazer uma economia onde está poderia autorregular-se sem precisar recorrer a princípios exteriores, dentre eles, valores morais e princípios éticos que não partiam de encontro com o dinamismo da economia.

A ideologia neoliberal tenta de uma forma ou de outra convencer a todo custo às nações subordinadas a entenderem e aceitarem os planos políticos das grandes potências mundiais, como forma de um desenvolvimento fazendo alusão à globalização.

Marcantes discussões pairam em torno das questões provocadas pelas políticas neoliberais. O pensamento neoliberal parte do princípio de que os indivíduos são culturalmente formados para seguir a visão dos sistemas econômicos, portanto, cada dia mais a natureza competitiva e o individualismo passam a dominar influenciada pelos valores de mercado.

Também nos moldes da política neoliberal, a cultura empresarial invade as instituições básicas da sociedade e provoca o enfraquecimento das esferas públicas, principalmente aquelas mais importantes para a conservação do direito de cidadania. Daí damos início ao debate com relação à privatização dos serviços públicos, dando ênfase à privatização do sistema educacional, sem deixarmos de lembrar que também faz parte do programa neoliberal a privatização de vários outros setores como o da saúde, transportes públicos, estradas, limpeza pública e demais setores.

A proposta neoliberal, como em todos os setores, e com a educação não tinha como ser diferente, segue a lógica de mercado, restringindo a prática do estado à garantia da educação básica e deixando os outros níveis sujeitos às leis de oferta e procura. A partir da década de 1960, a influência do neoliberalismo na educação teve maior visibilidade, pois se deu início ao processo de privatização das instituições escolares com a colaboração dos agentes do golpe de 1964 que mantinham afinidades ideológicas com os grupos que defenderam a Lei de Diretrizes e Bases- LDB promulgada nesse período pautada na orientação privatista.

Exemplo de que o setor educacional, responsabilidade do Estado, passou a ser tratado como mercadoria foi o surgimento do financiamento e fornecimento da educação pública por meio de empresas privadas e assim, em decorrência das idéias neoliberais, fez o setor educacional tornar-se objeto de disputa no mercado, visando estimular a competição e aquecer o mercado de serviços, fazendo desse um meio para se manter o padrão de qualidade na oferta (AZEVEDO, 2001).

Após 1964 o ensino privado teve uma expansão considerável. A LDB favorecia os interesses privados onde permitia que em níveis federais e estaduais os empresários da educação ocupassem cargos nos conselhos da educação.

Com o esgotamento do regime militar e a crise da década de 1980 a ideologia privatista ganha força, o privado inclui na lógica neoliberal à administração do ensino,

traçando com alternativas o recebimento de subsídios governamentais para o seu empreendimento, o neoliberalismo tem por base o Fundo Monetário Internacional- FMI, o Banco Mundial e as corporações internacionais.

Privatizar o ensino público nada mais é do que negar o direito à educação das maiorias aprofundando os históricos de exclusão social nos quais estão inseridos os setores populares, porém, este fato não apresenta-se de forma tão clara e óbvia para todos tendo em vista que trata-se de uma ideologia onde há toda uma ludibriação em torno dos fatos reais.

Esse estilo privatizado de viver também atinge, e não poderia ser diferente, o Ensino Superior que em suas universidades transmite essa lógica na formação de comportamentos e atitudes dos seus estudantes e na sua convivência com a sociedade, contribuindo com a aceleração constante do ritmo dessas mutações.

Dessa forma, podemos dizer que a universidade vai ganhando novo conceito, este delimitando ao conteúdo social, e definindo os seus objetivos educacionais em consonância, cada vez mais, com objetivos mercantis. Observamos essa realidade cada vez maior no fortalecimento da privatização do sistema educacional.

Essa nova face que a universidade ao longo dos anos vem adquirindo, contraria todo o percurso histórico do Ensino Superior que, nasceu e se desenvolveu como espaço importante de reflexão e investigação em meio à busca e concretização de direitos, distante dos interesses utilitaristas e comprometida com o bem comum de integração cultural.

## **2.1 A Reforma Universitária no Brasil**

A formação profissional é marca contundente do ensino superior no Brasil e apesar da República chegar ao país, a Constituição de 1891 é omissa em relação ao compromisso do governo com a universidade, e só em 1912, pressionada por forças locais, surge a primeira universidade brasileira, no estado do Paraná, que durou somente três anos.

Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente. De 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. “Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891” (CUNHA, 1980, p. 132).

O ensino superior se firmou então de forma isolada e de natureza profissionalizante e, sobretudo, elitista e até durante todo o seu percurso histórico, de acordo com Alves(2002), o acesso a estas universidades públicas, em sua grande maioria, federais, sempre foi privilégio das classes sociais mais altas, devido ao fato de os estudantes dessas classes encontrarem-se

mais preparados para o vestibular tendo em vista a aquisição financeira para um melhor ensino em escolas particulares desde o início de seus estudos.

Seja pela dificuldade de se conciliar trabalho e escola, seja pela perda de atrativo social da escola no que diz respeito às possibilidades reais de ascensão social via estudos ou, ainda em razão de que as alterações na esfera da produção acabaram por deslocar certos processos de qualificação de mão de obra, através de conhecimentos e informações, da escola para as próprias unidades produtivas foi por todos os fatores combinados, o fato é que a escola vinha se esvaziando qualitativa e quantitativamente de forma cada vez mais acelerada. Daí o conjunto de ações assistenciais que foi tomado para mudar esse quadro, inclusive na esfera da educação superior, onde são extremamente elevados os índices de evasão. (ALMEIDA, 2000,p.73)

A disseminação do ensino superior ocorre somente nos anos 1970 tendo como coadjuvantes a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e trazendo como característica a seletividade.

O termo Reforma Universitária nos remete a algo novo, favorável à universidade e a seus usuários, e essa sempre foi a real proposta da RU que foi desenvolvida pelos estudantes de Córdoba na Argentina, representando uma das grandes bandeiras do movimento estudantil. A Reforma Universitária tinha como proposta um novo projeto de universidade que acabasse com o caráter elitista e antidemocrático do ensino superior na América Latina, porém, segundo Ribeiro (1978) tal proposta perdeu suas raízes quando nos referimos à RU no Brasil.

Para os integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) o projeto da LDBN que tramitava no congresso na década de 1960 trazia uma concepção que não atendia às prioridades nacionais e mantinham uma estrutura elitista e antidemocrática. A UNE lutou contra esta realidade através de inúmeras manifestações buscando através de suas reivindicações abranger os recém- firmados acordos MEC-USAID.

Esses entraves, liderados pelos estudantes, resultou na “Lei da Reforma Universitária”, através da Lei nº 5.540/68 que supostamente atendia a algumas reivindicações dos estudantes que calados pela intensa vigilância e repressão do Regime Militar, abandonaram paulatinamente o enfoque educacional e partiram para a luta contra a repressão, sendo assim, nesse período a UNE foi desarticulada.

Tida como grande vilã da crise fiscal que se instalou no país, a superação da administração pública burocrática se daria, segundo a lógica neoliberal, por meio da redução das atividades públicas e dos gastos com políticas sociais, com isso, há a adoção do Estado Mínimo que trouxe como consequência os serviços sociais tidos como mercadorias.

Assim, a educação superior pública, que no Brasil, ainda que tardiamente, estruturou-se, sobretudo na forma de universidade, passou a ser questionada com veemência crescente.

Foi no governo Collor, que o então Ministro da Educação, José Goldemberg constrói com sua equipe, argumentação de ataque ao “modelo único” de universidade, defendendo a necessidade de sua diversificação, dando surgimento a idéia da criação de “Universidade de Ensino”, idéia essa que traz a perspectiva de elitização da educação superior para alguns, promovendo ainda mais a desigualdade social, porém, é no governo de FHC que essa idéia é operacionalizada, buscando “expandir o sistema de ensino superior público por meio da otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes”. (Planejamento Político – Estratégico 1995/1998; MEC, 1995 p. 26).

A partir dessa época, a propaganda governamental, auxiliada por meios midiáticos, passa a disseminar a idéia da flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Prova concreta disto é a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/96 – LDB), com a previsão de diversas modalidades de instituições de ensino superior e a formatação desse ensino diversificado, o que favoreceu a iniciativa privada em termos de lucratividade, lógica do gigante neoliberalismo.

Cláudio de Moura Castro (economista, colunista da Revista Veja), traz à tona o que seria essa flexibilização propondo quatro funções para o ensino superior:

- 1) formar elites – lideranças e críticos às lideranças - que precisam de ensino, pesquisa e extensão;
- 2) formar profissionais – dentistas, médicos, advogados, engenheiros, etc. - função que envolve um longo período de aprendizagem específica;
- 3) formar técnicos – contadores, técnicos em eletrônica, fisioterapeutas, etc. - função que demanda cursos de mais curta duração e que devem ter “laços com o mercado”;
- 4) formar pessoas com educação geral (generalistas), não voltadas para uma única profissão, em áreas que exigem menos investigação.

Demonstra-se aí a banalização dos conceitos, ou melhor, de uma educação de maior qualidade e menos desigual proposta na Carta Magna de 1988. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, determinado pela lógica neoliberal, sendo o Brasil ainda considerado como país periférico, a reforma de seu sistema educacional nesse período significou a sua adequação ao papel dessa nova ordem.

Pode-se afirmar que a base dessa reforma universitária aponta para a consolidação do projeto neoliberal no setor da educação, em especial no que tange a questão da autonomia universitária, que segundo estudiosos representam a confirmação da intenção da privatização

da universidade pública brasileira, gerando com isso, a falta de compromisso do Estado com o seu financiamento.

É sabido que os efeitos sociais provocados por ajustes e reformas que são impostas por agentes financeiros internacionais cujo objetivo é proteger os seus interesses econômicos geram efeitos brutais e perversos para um enorme contingente populacional que são excluídos e perdem os vários benefícios que já haviam sido conquistados no passado através da luta dos movimentos sociais.

## **2.2 A Reforma Universitária no Governo Lula**

Ao analisarmos o contexto histórico das reformas universitárias ocorridas em nosso país nos deparamos com controvérsias polêmicas acerca do impacto de cada uma delas nos diversos governos pelos quais ela passou. Porém, por apresentar um forte discurso democrático e toda uma trajetória de lutas em prol dos direitos trabalhistas e cidadãos, percebemos uma maior discussão a respeito da Reforma Universitária (RU) do governo Luiz Inácio Lula da Silva sendo confrontada com as reformas dos governos da década de 1990, posicionamentos muito diferentes a depender da opinião política de cada ator deste embate político-ideológico.

Para alguns críticos, a última reforma universitária é mais uma das reformas que surgiram para complementar as reformas do Estado brasileiro iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso e continuada no governo Lula, sem muitas diferenças.

Foi no governo Lula que foi criado um grupo denominado de Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para elaborar um diagnóstico das universidades brasileiras. O GTI, formado por seis ministérios, a saber, Educação; Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Secretaria Geral da Presidência, objetiva em última análise, elaborar idéias para a reforma universitária..

Com a proposta de criar 100 mil vagas nas instituições privadas para estudantes negros, ex-detentos, portadores de deficiência ou carentes, o Governo Lula lança mão, através da Medida Provisória- MP nº 213, de 10 de setembro de 2004, do projeto que se apresenta à sociedade como uma proposta avançada para a inclusão social daqueles que não têm a oportunidade de ingressar na universidade. Por meio do referido projeto, conseguir-se-ia o ingresso de grande parte dos jovens, em idade universitária, no ensino superior. O programa objetiva a estatização de vagas do ensino privado nas instituições filantrópicas, comunitárias e/ou confessionais. Para tanto, serão dispensadas às contribuições tributárias de todas aquelas universidades que se interessarem em vender suas vagas ociosas ao governo federal.

Porém, ainda que considere a política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2002, como de influência neoliberal que prioriza de toda maneira a privatização e a mercantilização na educação, a UNE tornou-se uma das maiores articuladoras das políticas para educação superior de Lula, contribuindo para a dissimulação da RU idealizada pelos estudantes na década de 1960, sob o argumento de estar disputando propostas dentro das leis e programas governamentais.

Analisando por outra vertente, há autores que tratam esse posicionamento da UNE com relação a RU governamental como conivência, permitindo a desmobilização dos estudantes e a ampliação do processo de privatização do ensino superior e mercantilização da educação, na medida em que a entidade, ao apoiar as políticas educacionais neoliberais em curso, vai contra as históricas bandeiras do movimento estudantil.

Apesar de Medeiros (2006), apud Andrade et. al. (2011) apontar como características principais da Reforma do Ensino Superior no Brasil a redução dos investimentos públicos e a defesa da diversificação das fontes de financiamento do ensino, a partir do ano de 2002 com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva assistiu-se a uma mudança que, de acordo com Andrade (2011) equivale a uma proposta de novo formato para a educação superior brasileira, a qual se denominava “Universidade Nova”.

A idéia de estudos superiores de graduação de maior amplitude e não comprometidos com uma profissionalização precoce e fechada bem como maior integração entre esses estudos e os de pós- graduação, já é realidade em muitos países social e economicamente desenvolvidos (Universidade Nova: Descrição da Proposta, 2007, p.17 apud ANDRADE ET. AL.)

Esta nova proposta segundo Léda e Mancebo (2009) materializou-se no Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) através do Decreto nº 6.096, sendo um dos programas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), lançado pelo Governo Federal em 24 de abril de 2007, junto ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) forma o grupo de políticas públicas de ampliação do ensino superior, que apesar de apresentar boas propostas acerca da educação também sofre críticas.

Tal programa surgiu com o objetivo de expandir o número de vagas oferecidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES, dessa forma o governo federal estabelece a elevação dos níveis de acesso e permanência aprofundando uma maior oferta de vagas no ensino superior.

Ainda segundo Andrade et. al. (2011) foram firmadas parcerias entre o Governo Federal e as IFES condicionando financiamento ao cumprimento de metas de ampliação



propostas pelas instituições de acordo com valores orçamentários também previamente definidos pelo Ministério da Educação, calculados de acordo com o número de vagas criadas e os tipos de cursos oferecidos.

As propostas deveriam atender as diretrizes do Decreto nº 6.096, artigo 2º que continha questões referentes à inclusão, democratização do acesso e da permanência, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades.

O SISU, assim como o REUNI, também objetiva ampliar o acesso ao ensino superior, sendo regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, onde os estudantes podem concorrer a vagas em universidades públicas de todo o país através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Junto a esses programas, a Política de Assistência Estudantil representa a democratização do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades.

### **3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

A trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil está terminantemente conectada à trajetória da política de Assistência Social, ambas as conquistas provenientes das lutas sociais travadas pela massa populacional.

Segundo Kowalski (2012), o surgimento da assistência estudantil nas universidades advém do gênese da própria universidade, ainda que de maneira restrita ao ensino superior, já em 1931, por meio do Decreto nº 19.851 contemplava-se a assistência aos estudantes nas universidades.

A Constituição Federal de 1946 no seu artigo 172 também regulamentava a assistência estudantil, porém, foi sob pressão da União Nacional dos Estudantes (UNE), na efervescência da Ditadura Militar, que a LDBN instituída por meio da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 abordou a assistência ao estudante como direito.

Por volta de 1987 surgem duas frentes de extrema importância para a concretização da Assistência Estudantil no Brasil, o Fórum Nacional de Pro – reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis- o FONAPRACE e a Associação Nacional dos Direitos das Instituições Federais de Ensino Superior- a ANDIFES. Através desses segmentos surge na Educação a questão da garantia de igualdade de oportunidades aos discentes de ensino superior na esfera federal.

E foi após a redemocratização do país, em 1980, que problemas como a desigualdade na educação superior passam a ser discutidos e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 há um olhar mais amplo acerca dessa temática o que trouxe como resultado a preconização da “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. (BRASIL,1988, art. 206)

A partir daí é que a assistência social junto à Universidade vai ganhando uma nova roupagem, numa tentativa de efetivar práticas que pudessem garantir aos discentes o direito de estudar e condições para tal. Aos poucos o serviço social também no âmbito escolar vai se configurando como direito social destinado a todos sem àquela visão de favor e caridade oferecida aos mais pobres impregnada em sua gênese e desenvolvimento.

A política de assistência social inscrita na CF/88 contesta o conceito de população beneficiária como marginal ou carente o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal, tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente a população pobre. (SPOSATI 2004, p.42)

Foi um período de maiores reflexões, em que a Constituição Federal trouxe à tona a problemática da desigual estrutura da sociedade através de decretos que refletiam o que de fato acontecia na realidade da época ao tratar a assistência como política social e somando-as às políticas de saúde e da previdência originando o Sistema de Seguridade Social brasileiro, mas também de políticas de educação.

E buscando ampliar o acesso dos estudantes ao Ensino Superior brasileiro, foi implantada a Política de Assistência Estudantil- PAE no ano de 2007, por meio da portaria normativa do Ministério da Educação e Cultura, MEC, n.39 em 12/12/2007, visando possibilitar ao discente a permanência e conclusão de seus estudos.

Destacamos mais uma vez a importância da FONAPRACE e da ANDIFES no que tange à incorporação da assistência ao estudante no texto do Plano Nacional de Educação (2001) e a construção, no ano de 2007, de um Plano Nacional de Assistência Estudantil/ PNAES, transformado, no ano de 2010, no decreto presidencial Nº 7.234 de 19.07.2010 que institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Foi através dos dados das pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior/ IFES realizadas em 1996/1997 e 2003/2004 permitindo, através de seus resultados, identificar o perfil desses estudantes subsidiando a definir uma política nacional de assistência ao estudante.

Durante muitos anos a assistência estudantil foi discutida, por este Fórum, como fundamental para a incorporação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no processo de democratização da universidade pública e gratuita. Sua atuação sempre esteve pautada em debates, reuniões, produção de documentos e na busca de apoio político, junto às autoridades do legislativo e do executivo para este fim (FONAPRACE).

A FONAPRACE e a ANDIFES desempenha papel de grande importância, através de seu trabalho, no que diz respeito à concretização dos direitos estudantis.

A assistência estudantil integra uma política da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC que engloba uma série de ações, que vão desde as necessidades básicas dos estudantes, como bolsas, auxílios transporte, alojamento, alimentação, até acompanhamento pedagógico, tendo como finalidade segundo prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Com base nesse contexto pode-se afirmar que para o tema desse artigo, a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de Dezembro de 2007, representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil.

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público

O reconhecimento desse direito social configura-se também em conformidade com a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em seus princípios relacionados ao acesso e permanência do discente nas instituições de ensino.

Ao abordarmos a Política de Assistência Estudantil de forma geral apresentamos agora essa política no IFPB em Campina Grande.

### **3.1 A Política de Assistência Estudantil no IFPB**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com isso, foi criado o Instituto

Federal da Paraíba -IFPB- com um modelo de administração descentralizada, abrangendo nove Campi nas cidades de João Pessoa, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Souza.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba, em consonância com o Estatuto e Regimento Geral do IFPB, dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é norteada pelos seguintes princípios:

- I - educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- II - posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e conclusão do curso com qualidade;
- III - assistência estudantil como direito social e dever político;
- IV - reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber - como valor ético central;
- V – compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- VI - fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;
- VII - empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;
- VIII - comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;
- IX - socialização com a comunidade, o conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.

Em conformidade com os princípios estabelecidos, a Política de Assistência Estudantil do IFPB, tem por objetivos:

- I - garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
- II - realizar acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico - reduzir o índice de evasão e a retenção na série;
- III - assegurar ao aluno que apresente necessidades educativas especiais condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;
- IV - promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais;
- V – ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido;
- VI - fortalecer e ampliar programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros;
- VII - reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;
- VIII - realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.

O IFPB garantirá a viabilidade dos objetivos supracitados:

- I - estabelecendo estratégias que assegurem igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;
- II - disponibilizando no orçamento Institucional recursos específicos para a Política de Assistência Estudantil;
- III - criando e ampliando programas voltados à assistência estudantil;

IV - instituindo programas e projetos para alunos com necessidades especiais - educativas, físicas, psíquicas ou motoras;

V - oferecendo educação inclusiva de qualidade para jovens e adultos trabalhadores

A Política de Assistência Estudantil do IFPB contempla os estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é operacionalizada por meio dos seguintes programas:

I - Programa de Benefícios Sócio assistenciais;

II - Programa de Alimentação;

III - Programa de Atenção à Saúde do Estudante;

IV - Programa de Moradia;

V - Programa de Iniciação ao Trabalho;

VI - Programa de Integração dos Estudantes Ingressos;

VII - Programa de Material Didático Pedagógico;

VIII Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais;

IX - Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho;

X - Programa de Apoio Pedagógico;

XI – Programa de Auxílio Transporte.

O Programa de Benefícios Socioassistenciais é destinado ao estudante com hipossuficiência financeira na perspectiva de garantir a este condições de acesso, permanência e conclusão do curso com qualidade.

Ao Programa de Benefícios Socioassistenciais compete:

I – assegurar ao estudante em vulnerabilidade social o acesso prioritário aos programas previstos nesta política;

II – garantir ao estudante as condições necessárias ao bom desempenho acadêmico, tais como: aquisição de óculos, compra de medicamentos, realização de exames, dentre outros.

III – assegurar isenção das taxas, preços e emolumentos previstos nas resoluções do IFPB; e

IV – prover recursos financeiros para participação em eventos científicos, esportivos e artístico cultural;

A operacionalização dos programas previstos nesta política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a saber, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Educação Artística.

O Serviço Social como profissão importante na definição das necessidades demandadas pelos estudantes, integrará o núcleo central da política de assistência estudantil do IFPB.

A política de assistência estudantil do IFPB será materializada com recursos financeiros provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

I- Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, destinado aos estudantes de ensino superior;

II – recursos orçamentários dos campi, alocados na ação 2994 - elemento de despesa 339018 – assistência ao educando da educação profissional

São lançados a cada ano, editais através da Diretoria de Ensino do IFPB- Campina Grande, abrindo inscrições para o programa de iniciação ao trabalho propondo assegurar a permanência do aluno em condições de vulnerabilidade social através do repasse de uma bolsa mensal de 200,00 (duzentos reais) mensal e carga horária de 12 horas semanais para custear despesas, com a condição de que o discente esteja desenvolvendo atividades educativas para o mundo do trabalho. Programa de Alimentação oportunizando aos estudantes o atendimento das necessidades básicas de alimentação com o auxílio alimentação com bolsa de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais. Programa de Moradia visando assegurar ao estudante migrante e em vulnerabilidade social as condições de acesso, permanência e conclusão do curso. O programa é destinado aos estudantes em mobilidade estudantil, originários de outros municípios com um auxílio no valor de R\$300,00 (trezentos reais) mensal. Programa de Transporte assegurando aos estudantes condições de deslocamento de sua residência ao Instituto, o valor do auxílio é de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais.

O processo de seleção ocorre em duas etapas: primeira etapa, questionário socioeconômico em que constarão os auxílios solicitados pelo aluno, seus dados pessoais, situação de moradia, situação socioeconômica, motivo pelo qual se deu a solicitação dos benefícios e, por último, parecer social reservado exclusivamente ao assistente social, no questionário deverá estar anexado toda a documentação necessária; e segunda etapa, entrevista.

Todos os programas são destinados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais, Técnico Integrado (1º ano), Técnico Subseqüente e Superior do IFPB Campus Campina Grande.

#### **4. COM A PALAVRA: OS (AS) ESTUDANTES**

A partir desse momento consideramos pertinente, após termos apresentado do ponto de vista teórico a política de assistência estudantil, a relevância de ouvir especialmente os sujeitos beneficiários dessa política no campus de Campina Grande do IFPB, uma vez que são eles que vivenciam os resultados dessa política no cotidiano da sua vida estudantil.

No entanto, há uma necessidade de apontar inicialmente o itinerário metodológico da referida pesquisa.

##### **4.10 Itinerário Metodológico da Pesquisa**

A pesquisa em pauta apresenta-se dentro de uma abordagem qualitativa.

As pesquisas qualitativas [...] trabalham com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa. (MINAYO, 1996, p.60)

Através desse tipo de pesquisa podemos nos aprofundar melhor com relação às opiniões dos estudantes acerca da política de assistência estudantil no IFPB e sua real abrangência por meios subjetivos.

Com relação ao tipo da pesquisa, entendemos que o mesmo se aproxima do tipo estudo de caso. Marli André aborda a importância desse tipo de estudo.

O fato relevante é que o estudo de caso não privilegia apenas um estilo de apresentação que evoquem os processos de julgamento que as pessoas usualmente empregam para compreender a vida e as ações sociais que as cercam. (ANDRÉ, 1984, p.54)

A autora ainda coloca os estudos de caso como relevantes para as descobertas. Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos que orientam a coleta inicial de dados, ele estará constantemente atento a elementos que podem emergir como importante durante o estudo, aspectos não previstos, dimensões não estabelecidas a priori.

Para a análise dos dados coletados utilizamos da técnica de análise de conteúdo onde os sujeitos utilizados para a pesquisa foram 25 estudantes do IFPB que são beneficiários dos programas de assistência estudantil dos turnos manhã e tarde do curso subsequente, integrado e superior. Para tanto utilizamos questionário dividido em duas partes. A parte objetiva tratava-se de constar as características do perfil tais como: idade, cor, sexo, cidade em que residem, curso no qual está inserido e se houve alguma reprovação enquanto estudante do IFPB. E uma segunda parte de questões subjetivas que estavam direcionadas a identificar especificamente sobre o impacto dos benefícios da assistência estudantil sobre a permanência desses alunos na Instituição. Consideramos para a análise do conteúdo a sistematização e análise de dados

Nesse momento entendemos que devemos situar o leitor sobre o local da pesquisa.

#### **4.2 Situando o Local da Pesquisa**

Nossa pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB, localizado na Avenida Traquilino Coelho Lemos no bairro Dinamérica na cidade de Campina Grande- Paraíba. O IFPB iniciou suas atividades no final do ano de 2006, e seus primeiros cursos foram ofertados em 2007, tendo como pioneiro o curso superior de Tecnologia em Telemática. Além deste o IFPB - Campina Grande oferece também o curso

superior de Tecnologia em Construção de Edifícios e Licenciatura em Matemática e mais 04 cursos técnicos: Mineração, Manutenção e Suporte em Informática, Petróleo e Gás e Informática.

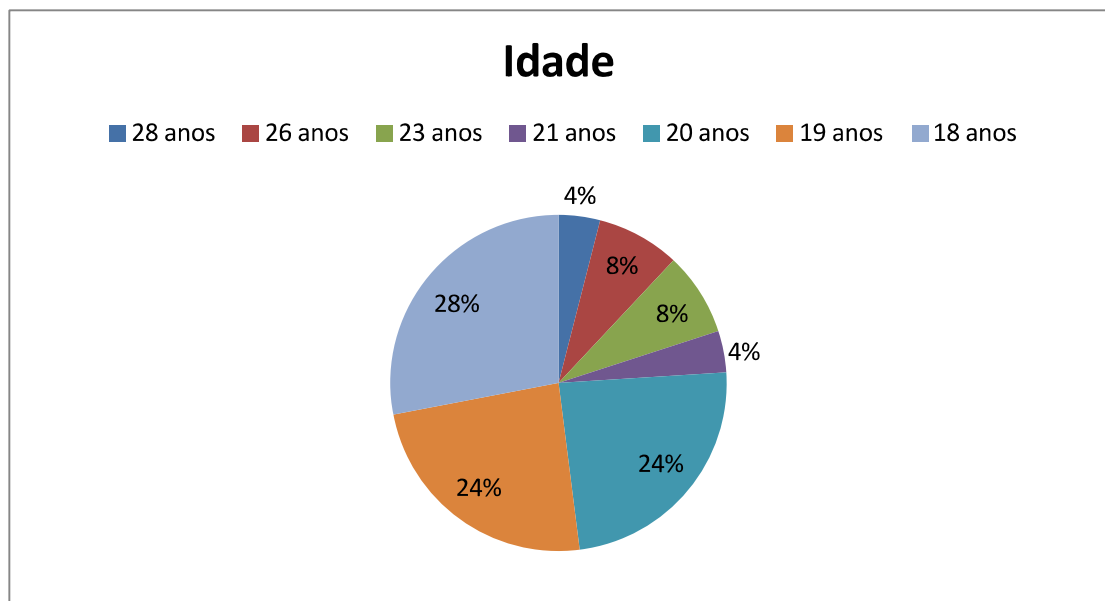
#### 4.3 Sistematização e Análise dos Dados

Para organizar o perfil de nossos sujeitos, como já ressaltado acima, nos apropriamos de algumas características de 25 estudantes que pudessem revelar os possíveis resultados da política de assistência estudantil na permanência dos discentes no IFPB.

##### 4.3.1 Conhecendo os Nossos Sujeitos

Os estudantes selecionados para a pesquisa possuem entre 18 e 28 anos de idade, como demonstra o gráfico 1, a maioria é representada por pessoas entre 18 e 21 anos, esse dado nos leva a uma compreensão de que a maioria está dentro da faixa etária de jovens já deveriam ter ingressado no curso superior. Relacionando este aspecto da faixa etária com o tipo de curso no qual estão matriculados no IFPB de acordo com o gráfico 2, percebemos que também a maioria dos pesquisados estão concentrados no curso técnico integrado, o que nos leva a alguns questionamentos sobre as causas desse fenômeno como: seriam todos estes alunos oriundos de escola pública?

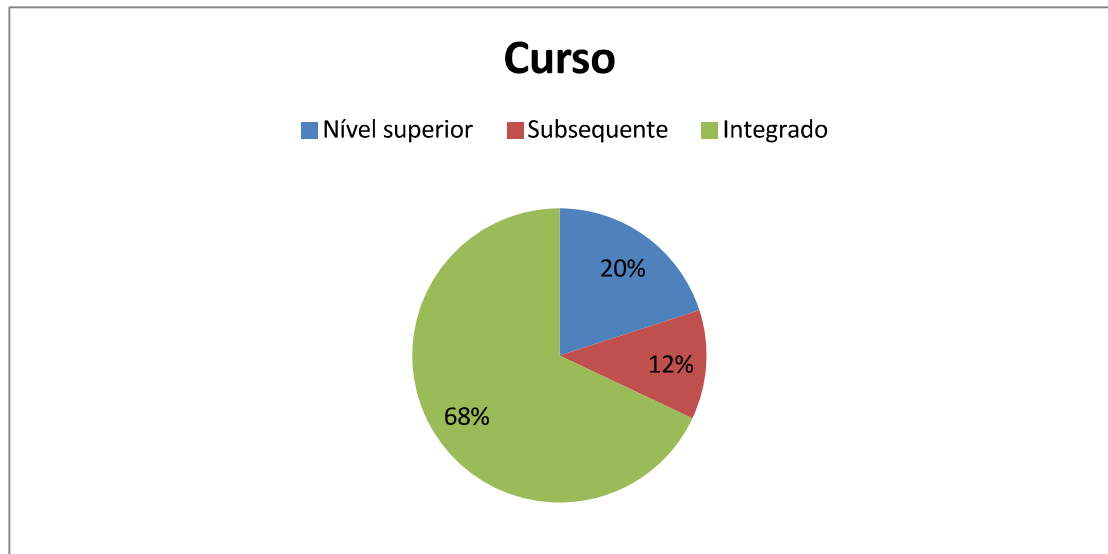
Gráfico-1



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014



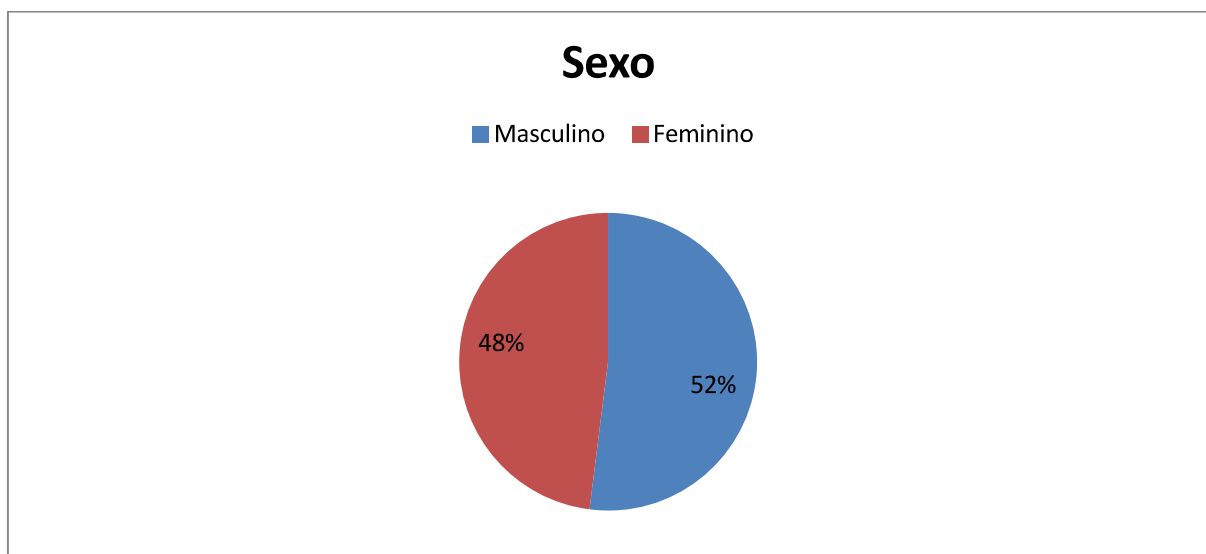
Gráfico-2



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014

É relevante considerarmos que com relação ao sexo identificamos de certa maneira uma equidade de gênero, vejamos no gráfico 3, com isso podemos compreender que esse resultado nos leva a perceber que vem sendo rompida toda uma trajetória das escolas profissionalizantes, pois ao longo da história nessas instituições a maioria dos estudantes sempre foi do sexo masculino, significando que esta realidade vem se alterando. Em Campina Grande com alunos de diversas cidades consideradas interioranas esse dado poderia ser ainda mais acirrado, nesse aspecto levamos em consideração não só os cursos oferecidos como também a qualidade de ensino da instituição como atribuição desta busca, no entanto, não foi foco de nossa pesquisa esse aspecto, apontamos esse dado apenas chamando atenção do leitor.

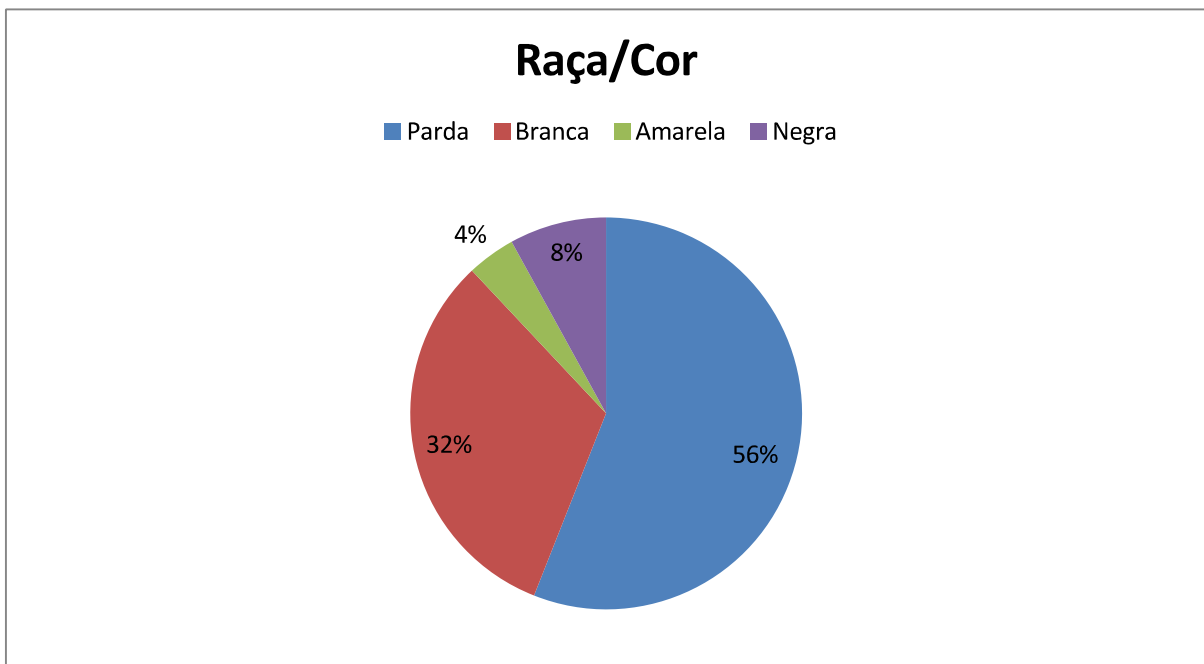
Gráfico-3



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014

Com relação à cor, os estudantes consideram-se, em sua maioria, parda representando 56% dos pesquisados, seguidas de branca 32%, negra 8% e amarela 4% como demonstram o gráfico4 abaixo. Isso nos leva a compreensão de que a identificação maior com a cor parda revela toda a dificuldade que o brasileiro ainda tem de identificar-se como sendo pertencente à raça negra porque por longos anos nós fomos acostumados a nos afirmar como pardos fazendo-nos rechaçar a identidade negra.

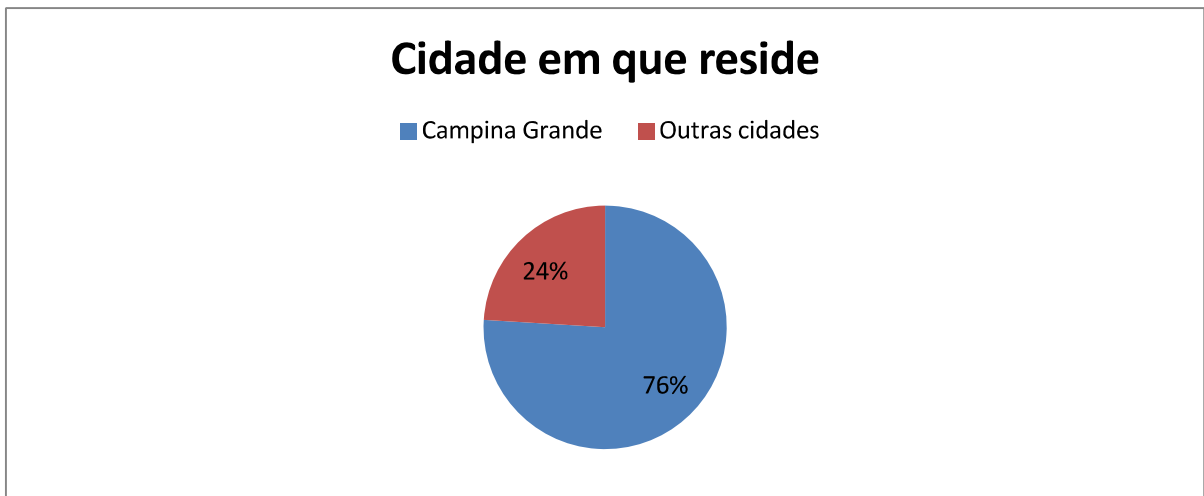
Gráfico-4



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014

São estudantes residentes em sua maioria, representando 76% dos pesquisados, da cidade de Campina Grande, como demonstra o gráfico5, seguidos de 24% de alunos de outras cidades. Dentre os alunos de outras cidades pudemos identificar que àqueles oriundos de cidades mais distantes como os de Parelhas no Rio Grande do Norte, Riacho de Santo Antônio e São José de Piranhas são alunos beneficiários do programa de moradia, o que veio, segundo os seus relatos, a facilitar extremamente a sua permanência na instituição uma vez que sem esse auxílio se tornaria impossível o pagamento de aluguel por conta própria.

Gráfico-5



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014

Com relação ainda ao perfil dos estudantes, por último, foi analisado se os estudantes pesquisados foram alguma vez reprovados enquanto alunos do IFPB e em caso afirmativo, foi solicitado que informassem a que motivos atribuíam estas reprovações. A maioria dos estudantes, ou seja, 67% nunca foi reprovada, seguidos de 33% de reprovações que entre as causas se deram por vários motivos, dentre eles, falta de interesse do aluno, problemas pessoais e mau desempenho devido à dificuldade de adaptação à metodologia de ensino sendo considerado pelos mesmos um ensino bastante avançado. Percebemos que nenhuma reprovação deu-se pelo fato de dificuldades com a parte financeira para se manter na instituição devendo-se ao fato de serem beneficiados com os programas de assistência.

Gráfico-6



Pesquisa realizada no dia 11 de setembro de 2014

Com relação à parte subjetiva da pesquisa, foram feitas três perguntas aos sujeitos objetivando alcançar o objetivo principal da pesquisa cujo foco é identificar os possíveis impactos da política de assistência estudantil. Inicialmente eles responderam o seguinte questionamento: Você acha que os programas de assistência oferecidos pelo IFPB contribuíram ou contribuem de alguma maneira para a sua permanência na instituição? Para grande parte dos estudantes há grande contribuição dos programas de assistência ao estudante na sua permanência na instituição, em especial, devido aos programas de transporte, alimentação, iniciação ao trabalho e moradia, respectivamente. Vejamos um dos relatos dos alunos:

“Como no IFPB a carga horária é muito extensa, há a dificuldade de se deslocar para casa para se alimentar, sou beneficiado duplamente com o programa de alimentação e com o programa de transporte, o que me ajuda muito com as despesas.”

Ao serem indagados sobre as principais dificuldades que enfrentou ou enfrenta para se manter na instituição, pudemos perceber que a maioria das respostas ficaram em torno do aspecto financeiro, apontam a questão do transporte devido à distância de suas cidades de origem, questões financeiras em geral, como alimentação, horário muito extenso de permanência diária na instituição e conteúdo de difícil aprendizagem. Um número muito pequeno de alunos não identificou alguma dificuldade para a continuação de seus estudos no IFPB se não houvesse os auxílios. Para contribuir com a discussão do nosso estudo, consideramos pertinente trazer algumas dessas falas que ratificam nossa análise.

“Assim que iniciei o curso enfrentei dificuldades com relação à questão financeira na ida e vinda pra o IFPB”  
 “Minha maior dificuldade era que às vezes o dinheiro não dava para passar o dia aqui, para se alimentar, ou para colocar dinheiro no passe de ônibus”  
 “Tive dificuldade em pagar aluguel já que sou de uma cidade distante, porém, o auxílio moradia foi a salvação, na verdade não teria condições nenhuma de continuar estudando aqui se não fosse esse auxílio pois não teria como eu pagar esse aluguel já que estou desempregado e minha família não teria condições de me manter.”

Perguntamos o que seria necessário para que o programa de assistência estudantil desenvolvido no IFPB campi de Campina Grande pudesse acontecer com mais eficácia. Obtivemos uma diversidade de opiniões, conforme podemos identificar abaixo:

“Deveria haver uma maior abrangência de alunos beneficiados com esses programas”  
 “O valor de oitenta reais das bolsas de alguns auxílios é irrisório para nossos gastos de um mês na instituição, poderia também abrir mais vagas para o

programa de iniciação ao trabalho, colocando o estudante no mercado de trabalho”

“Já ajuda bastante, só que mais alunos poderiam receber um número maior de auxílios ao mesmo tempo”

“Poderiam aumentar mais vagas de auxílios, aumentar mais o valor, e em questão de quem vai ganhar o auxílio e qual, verificar melhor.”

Podemos perceber que para alguns discentes os programas poderiam ser melhorados se houvesse uma maior abrangência do número de alunos contemplados com os benefícios, isso nos leva à compreensão de que está ainda é uma política muito seletiva. Na questão que os estudantes colocam sobre uma melhor avaliação socioeconômica desses beneficiados, a solução seria, por exemplo, a visita domiciliar, porém, isso seria praticamente impossível devido à grande demanda de estudantes na instituição que procuram ser contemplados com estes programas. Outra questão levantada foi a reavaliação dos valores dos benefícios oferecidos, o que achamos pertinente tendo em vista que os custos não são estáticos e a inflação aumenta consideravelmente ano a ano; mais vagas para o programa de iniciação ao trabalho, já que grande parte dos alunos é desempregada; data certa para o pagamento dos benefícios, menos morosidade para a sua liberação, a concretização do projeto do restaurante e, por último, mais alunos beneficiados por mais de um programa. A maioria dos estudantes considera os programas com 100% de eficácia.

## **5. ASPECTOS CONCLUSIVOS**

Muitas são as críticas direcionadas aos programas educacionais do governo Lula no sentido de apresentarem impactos neoliberais, como aborda Otranto (2006) que coloca os fundamentos da Reforma do Ensino Superior em seu Governo como “calcados em marcos regulatórios defendidos pelos Organismos Internacionais”

Porém, não podemos negar que o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outros, funcionaram sim como políticas de ações afirmativas para a inclusão social trazendo como resultado um crescimento significativo de estudantes de baixa condição socioeconômica nas Instituições Federais comparado aos governos dos anos 1990. Portanto, há que se perceber que tais iniciativas contribuíram para redução das desigualdades de acesso e permanência dessa população na universidade.

O trabalho proposto buscou compreender os possíveis impactos dos programas de assistência estudantil desenvolvidos pelo IFPB no campus de Campina Grande. Os dados apontaram que ainda há a necessidade de melhorias nessa política, em especial, no que diz

respeito à sua expansão, portanto, verificamos que esses programas contribuem para minimizar as desigualdades a partir da realidade do público pesquisado, tendo em vista que permitem aos estudantes uma maior independência repercutindo para além da vida acadêmica contribuindo para aliviar as despesas financeiras familiares e auxiliando de maneira efetiva na sua permanência na Instituição.

Consideramos de grande importância a avaliação da política de assistência ao estudante, para isso se faz necessário uma sistematização de informações, não apenas quantitativas, no sentido de que, através de seus resultados, haja a possibilidade de se reaver o aprimoramento da mesma.

A falta de dados documentais sobre a qualidade da assistência estudantil nas Instituições Federais indica a necessidade de pesquisa de cunho qualitativo, caminhando para a tentativa de enxergar as particularidades da política.

Portanto, investir em programas de assistência estudantil se faz necessário no sentido de equalizar oportunidades de acesso e permanência de grupos historicamente excluídos desse universo e, principalmente, garantir os direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. **Avaliação da Eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras** Carvalho- Lavras: UFLA, 2013.
- Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas/ Joana Aparecida Coutinho e Josefa Batista Lopes (organizadoras); Adelaide Coutinho... [el. al] São Paulo: Xamã, 2012
- COMBLIN, José, 1923- **O neoliberalismo dominante na virada do século**/ José Comblin- Petrópolis, RJ: Vozes, 1999
- GENTILI, Pablo A.A.: simulacro **A falsificação do consenso e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**/ Pablo Gentili- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998
- <http://www.ifpb.edu.br/>. Acesso em: 11 jul. 2014
- <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2014
- <http://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 26 ago. 2014
- <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 out.2014
- JIMENEZ, Suzana; MENDES SEGUNDO, Maria das dores; Rabelo, Jackline. **Universalização da Educação Básica e Reprodução do Capital: ensaio crítico sobre as**

**diretrizes da política de Educação para Todos. Cadernos de Educação.** UFPel. Pelotas-RS, 2007.

OLIVEIRA, Eliana Alves de. **Assistência Estudantil: Percepção dos estudantes dos Campi I e II do CEFET MG.** Belo Horizonte:FNH,2011. 117f.

RAMOS, Lila de Fátima de Carvalho. **A Assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: O programa Saudavelmente da Procom – UFG**[manuscrito]/ Lila de Fátima de Carvalho Ramos. -2012.85f.

SANTOS, Gênesis Feliciano dos. **Os impactos da Política de Assistência Estudantil sobre a população feminina assistida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP).** Ouro Preto: UFOP, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ivo Tonet, Ijuí; Editora Unijuí, 2005.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira ET al. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 10 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência Social em debate: direito ou assistencialização.** In: O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo:

FONAPRACE. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011. Cortez, 1993.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação pública e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade em Revista, Ano XXI,** nº 63, Julho 2000 – São Paulo: Editora Cortez, p. 62-75.

ALVES, Jolinda de Moraes. **A Assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública.** Serviço Social em Revista, Londrina, v.5, n. 1, 2002

BRASIL. Constituição Federal de 1988

## **ANEXO**

Universidade Estadual da Paraíba  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Serviço Social

### Questionário

Nº do pesquisado:

01- Qual a sua idade?

02- Você considera-se de que cor?

03-Em que cidade você mora?

04-Qual sexo? ( ) feminino ( ) masculino



05- Qual seu curso?

06- Já foi reprovado alguma vez? ( )sim ( ) não

Em caso afirmativo, a que você atribui a sua reprovação?

07- Você acha que os programas de assistência oferecidos pelo IFPB contribuíram/contribuem de alguma maneira para sua permanência na instituição? Como?

08- Quais as principais dificuldades que você enfrentou/enfrenta para se manter na instituição?

09- Em que, em sua opinião, os programas de assistência poderiam tornar-se mais eficazes para permanência do estudante no IFPB?